

Artigo

A contribuição de Gláucio Soares à ciência política no Brasil: notas de uma visão sobre o sistema político brasileiro pós-1945

The contribution of Gláucio Soares to Political Science in Brazil: notes on a vision of the Brazilian Political System after 1945

Camila Góes

Doutoranda em Ciência Política UNICAMP
camilagoes2905@gmail.com

Resumo: A contribuição da obra de Gláucio Soares para a ciência política no Brasil é notável, construída concomitantemente à própria constituição da disciplina no país. Neste artigo, temos como objetivo principal identificar se há uma coesão em seus “diagnósticos” sobre a política brasileira desde os anos 1960 até estudos recentes e quais foram as mudanças de enfoque. Acima de tudo, buscamos investigar qual é a *visão* de Soares sobre o sistema político brasileiro desde 1945 até sua interpretação dos Governos Lula. Entendemos que há dois eixos que perpassam os trabalhos de Soares e que organizarão a reflexão aqui proposta, o primeiro é o que afirma a hipótese de existir em todo o trabalho do cientista político uma busca pelo conteúdo ideológico da política brasileira, e o segundo é o que entende que isso se dá como forma de se posicionar contra o mito da irracionalidade política.

Palavras-chave: Ciência Política. Sociologia política, Classes sociais, Eleições, Brasil.

Abstract: The contribution of the work Gláucio Soares for political science in Brazil is notable, having been built concurrently with the constitution of the discipline in the country. In this article, we have as main objective to identify if there is cohesion in his “diagnostics” of Brazilian politics over the years, since 1960 until his recent studies, and what were the focus changes. Above all, we seek to investigate what is Soares’ *view* of the Brazilian political system from 1945 until his interpretation of Lula governments. We understand that there are two dividing lines that run through the work of Soares and organize the reflection proposed here, the first one states the hypothesis that there is in all the political scientist work a search for the

ideological content of Brazilian politics, and the second one understands that this happens as a way to stand against the myth of political irrationality.

Keywords: Political Science. Political Sociology. Social classes. Elections. Brazil.

Introdução

Já em 1965 com o artigo intitulado “As bases ideológicas do lacerdismo”, publicado na *Revista Civilização Brasileira*, Gláucio Soares enunciava aquelas que seriam ao longo das décadas seguintes suas principais teses de interpretação do sistema político brasileiro. O núcleo principal das teses de Soares é a contestação da ideia de que a política brasileira é destituída de “conteúdo ideológico”. Nessa interpretação, os partidos seriam entendidos como “ficções, sem função, sem poder, sem influência, sem significação” (Soares, 1965, p. 49), deixando um vácuo a ser preenchido por líderes carismáticos – tratar-se-ia, portanto, de uma *política personalista* destituída de conteúdo ideológico.

Para Soares, estas afirmações decorreriam de preconceitos comuns entre analistas da política brasileira que “exageram muitíssimo a realidade, a ponto de deformá-la”. A existência de um conteúdo ideológico no plano social se definiria, deste modo, em termos de uma “tendência significativa, por parte dos adeptos de determinado partido ou personalidade política, a endossar alguns pontos ideologicamente relevantes” (*ibid.*, p. 51).

É nesse sentido que em *Sociedade e Política no Brasil*, de 1973, Gláucio Soares retoma antecedentes históricos do sistema político brasileiro, buscando relacionar características estruturais no período de 1945 a 1964. Nesta obra, Soares enfoca a política estadual como fenômeno de classe e a estrutura agrária como um importante agente deste processo. Para o autor, só a partir de 1945 a existência de fortes correlações entre a infraestrutura socioeconômica e a força eleitoral dos partidos passou a indicar uma importante mudança nas oposições no interior do sistema político, que passaram a ancorar-se cada vez mais nas contradições de classes e cada vez menos nas divisões internas da oligarquia. Soares pretende, deste modo, “demonstrar a existência de uma estrutura de determinações e, através desta demonstração, reduzir o campo de ação das explicações baseadas em indivíduos” (*ibid.*, p. 148).

No trabalho de Gláucio Soares, há a forte influência da sociologia política de inspiração estruturalista, buscando nas principais clivagens brasileiras o que há de

significativamente relevante em termos de assiduidade. A obra do autor no que se refere a uma análise do sistema político brasileiro é extensa, tendo iniciado em meados dos anos 1960 e chegando até os anos 2010. Ao contrário de Maria do Carmo Campello de Souza, cujo estudo em *Estados e partidos políticos no Brasil*, publicado em 1976, era centrado na relação partidos e governo em busca de entender como o Estado condicionava o sistema partidário, Soares buscou na relação entre eleições e partidos identificar quais eram as principais bases ideológicas de nosso sistema político.¹

Em 1984, no texto *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*, o autor volta a se afirmar contrário ao “mito” de que a opinião política dos brasileiros se caracteriza por “imensa variabilidade”, “grande fluidez” e “falta de estrutura” (*id.*, 1984, p. 44). Uma importante tese de Soares, nesse sentido, é a da tendência histórica do declínio da direita – argumento este defendido desde a década de 1960.² Um pouco mais de duas décadas depois, Soares publica o artigo “Em busca da racionalidade perdida” no qual insiste ainda na demonstração de que há racionalidade na opinião política brasileira e que a ideia “que o povo não sabe votar” representa uma posição classista e preconceituosa. Para o autor, a passagem da democracia com participação restrita à democracia com participação ampliada depende de que “os outros” saibam votar, seja na sua versão ampla (os brasileiros), seja na sua versão limitada e focalizada (os analfabetos).

Depois de um tempo afastado,³ Soares volta a desenvolver pesquisas sobre o comportamento político, agora fundamentadas na geografia eleitoral. Em “Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)”, publicado em 2008, o autor busca relacionar a votação de Lula em 2006 com a repercussão das políticas públicas do primeiro mandato, em especial o Bolsa Família. Os resultados deste estudo mostram um novo padrão na distribuição espacial dos votos de Lula, confirmando que este ainda recebe o apoio de suas bases anteriores, mas revelam que os blocos regionais de municípios de alta votação em 2002 perderam a coesão em 2006, tornando-se mais vulneráveis. Os resultados confirmam ainda que a participação do Bolsa Família sobre a renda local foi um determinante do novo contorno das *bases geo-eleitorais*, e o fator de *maior peso* na explicação da votação municipal

1 Neste mesmo período, Soares se interessa ainda pela questão agrária, passando um tempo dedicado a esse tema na Universidade de Cornell, resultando na obra *Questão agrária na América Latina* de 1976.

2 Orlando de Carvalho já enunciava o declínio dos “partidos conservadores” em 1958 (Cf. Carvalho, O. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte, Edições da RBEP, 1958).

3 Soares se dedicará também aos temas de criminologia (Cf. Soares; Miranda; Borges, 2006; Soares, 2008b).

(*id.*, 2000). Foi nesse sentido também que lançou dez anos depois o artigo *As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio* com o objetivo de analisar, a partir da distribuição espacial das votações ao nível do município, com mapas, estatísticas e regressões espaciais, o distanciamento entre Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Buscamos traçar neste artigo a evolução da análise de Soares, desde o início da década de 1960 até estudos recentes, tendo como objetivo principal identificar se há uma coesão em seus “diagnósticos” da política brasileira ao longo dos anos e quais foram as mudanças de enfoque. Acima de tudo, buscamos investigar qual é a *visão* de Soares sobre o sistema político brasileiro desde 1945 até sua interpretação dos Governos Lula. Entendemos que há dois eixos que perpassam os trabalhos de Soares e que podem nos ajudar a organizar a reflexão aqui proposta, o primeiro é o que afirma a hipótese de existir em todo o trabalho do cientista político uma busca pelo conteúdo ideológico da política brasileira, e o segundo é o que entende que isso se dá como forma de se posicionar contra o mito da irracionalidade política.

Em busca do conteúdo ideológico da política brasileira

Em *A decisão do voto*, Figueiredo ressalta como diferentes modelos explicativos de comportamento político concebem à sua maneira a organização da vida social. As divergências teóricas e epistemológicas se encontram na identificação das origens das propensões e das motivações para a ação política. Nesse sentido, ao menos quatro linhas de investigação são delineadas: 1) teoria psicológica; 2) teorias sociológicas e economicistas; 3) teoria da escolha racional e 4) modelo demográfico-descritivo. Todas estas teorias competem pela explicação de um mesmo fenômeno social, “a decisão de milhões de indivíduos de participar do evento ‘votar’ e na direção do voto”. A pergunta genérica que está na base dos modelos explicativos pode ser posta da seguinte forma: “por que as pessoas vão votar para este ou aquele candidato ou partido?” (Figueiredo, 1991, p. 13-14). Na tradição sociológica, na qual Soares se encontra,⁴ a posição de classe na estrutura social, ou a integração a outro tipo de agrupamento, engendra, através da interação social, propensões que podem ou não ser estimuladas pelo embate político,

⁴ No Brasil, outros importantes autores se localizaram nesta escola sociológica. Vale ressaltar os trabalhos de Francisco Wefort, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e André Singer.

os quais, por sua vez, orientam o caminho a ser seguido. Não são os indivíduos, portanto, mas os coletivos sociais que imprimem dinâmica à política e o que precisa ser explicado são os resultados agregados de ações coletivas.

Desde os seus primeiros trabalhos, durante a década de 1960, Soares buscou evidenciar a conexão entre estrutura socioeconômica, consciência de classe e voto a partir do estudo de algumas eleições brasileiras. Com isso, buscou combater a visão de que uma análise sociológica da política não seria possível no Brasil, uma vez que aqui, como em outros países latino-americanos, estas teorias não funcionariam “porque os partidos também não funcionam”. Esta visão revela, para o autor, mais uma “insatisfação intelectualizada” com os partidos políticos do que uma análise objetiva dos mesmos. Esta insatisfação seria um resultado da própria definição altamente intelectualizada das funções ideológicas dos partidos políticos, às quais, segundo Soares, nenhum partido pode atender. Para o autor, é certo que “os partidos brasileiros afastam-se bastante do modelo ideal do partido ideológico”, mas “concluir daí que os partidos políticos brasileiros são interpermutáveis, e que tanto faz um como outro, é fazer violência à prudência científica” (Soares, 1965, p. 51).

É nesse sentido também que Soares busca combater a ideia de que os “sistemas de crenças” no Brasil não seriam ideológicos por serem ecléticos e acolherem crenças isoladas ou contraditórias. Este argumento se configuraria em visões “preconceituosas” que superestimam o personalismo, porque subestimam “o *poder real* dos partidos políticos *ao nível social*” (*ibid.*, p. 52). A ideologia, para o autor, não se identifica a uma coerência lógica ou a uma sistematização das crenças, mas se apresenta em termos de *tendências* a seguir determinados pontos ideológicos, mesmo que *ao nível do homem* se apresentem frequentemente de forma contraditória.

No artigo intitulado “Las Clases Sociales, los Estratos Sociales y las Elecciones Presidenciales de 1960 en Brasil”, publicado em 1962 na *Revista Mexicana de Sociología*, o cientista político busca estabelecer uma conexão entre classe social e *status* socioeconômico – estabelecido a partir de uma distinção educacional e ocupacional – demonstrando que pessoas com *status* socioeconômicos diferentes tendem a se identificar com classes sociais diferentes⁵. Tendo isso em vista, Soares julga que a dicotomia da classe

⁵ Soares se utiliza em suas análises tanto do aparato teórico de Marx, como do de Weber. Segundo o autor, “ao demonstrar que as pessoas em igual situação de classe frequentemente pertencem a grupos de *status* diferentes, Weber coloca em relevo toda a riqueza da perspectiva psicossocial na análise das classes sociais; perspectiva pouco desenvolvida por Marx,

média, em alta e baixa, é de extrema utilidade analítica, pois separa os segmentos que realmente diferem entre si no que diz respeito ao comportamento político (*id.*, 1962, p. 908). O mesmo raciocínio se aplica aos membros da classe trabalhadora, na dicotomia entre classe pobre e classe operária. Em seu estudo das eleições presidenciais de 1960,⁶ o autor demonstrou existir uma associação positiva entre a identificação das classes, tal como foi determinada pela composição socioeconômica, e o *janismo* – quanto mais alta a posição na hierarquia de classes, maior a porcentagem de votos à Jânio Quadros.⁷ Situação inversa se deu com Lott⁸ e Adhemar de Barros (*ibid.*, p. 910). Em resumo, partidos e candidatos conservadores se apoiavam nos estratos socioeconômicos mais altos, ao passo que os candidatos “reformistas” possuíam bases eleitorais mais sólidas entre as classes mais baixas.

Em “As bases sociais do lacerdismo”, o autor analisa ainda as eleições de 1960, mas neste caso para o Estado da Guanabara. Soares observa que desde 1945 é possível identificar que a zona sul do estado dá a maioria de seus votos aos candidatos apoiados pela União Democrática Nacional (UDN),⁹ e pelos demais partidos ancorados nas classes alta e média, enquanto as zonas eleitorais mais características da zona norte dão a maioria de seus votos aos candidatos apoiados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelos demais partidos baseados nas classes trabalhadoras.¹⁰ Essa constância se explica pela

em função de sua crença na racionalidade dos interesses de classe, provável herança dos economistas clássicos” (Soares, 1962, p. 903).

6 Segundo Bolivar Lamounier, o *survey* das eleições presidenciais de 1960 realizado por Gláucio Soares é provavelmente o primeiro no Brasil a coletar dados amostrais de boa qualidade (Lamounier, 1982, p. 416).

7 Jânio Quadros foi lançado candidato pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo Partido Democrata Cristão (PDC), e ganhou pouco a pouco adesões em outras pequenas legendas sendo eles o Partido Republicano (PR) e o Partido Libertador (PL). Finalmente, contou com a adesão da União Democrática Nacional (UDN) que viu nele a oportunidade de chegar ao poder.

8 Inicialmente candidato do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo recebido o apoio de outros partidos de esquerda sendo eles o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e o Partido Republicano Trabalhista (PRT).

9 A UDN surgiu em 1945 como “ampla frente de oposição” ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, reunindo várias tendências políticas e raízes históricas sob a mesma bandeira política da “reconquista das liberdades” (Benevides, [1976] 1981, p. 23-24). A UDN foi correntemente descrita como sendo ao mesmo tempo partido das classes médias urbanas e das oligarquias rurais. No caso da UDN carioca é claro, segundo Benevides, que o partido estava “efetivamente ligado a setores das classes médias, como militares, profissionais liberais, pequenos comerciantes e jornalistas”. Já no Nordeste essas bases se confundiam com as do PSD (*ibid.*, p. 213). Gláucio Soares (1973) mostra que a divisão da UDN se dava a partir da clivagem da urbanização.

10 A crescente participação eleitoral que se inicia em 1945 representou maior poder para os partidos de massa, uma vez que este crescimento foi maior nas zonas urbano-industriais onde a força das elites tradicionais era consideravelmente menor. Cada um a seu modo, mas ambos em nível nacional, o PTB e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vocalizaram os interesses das classes populares e, neles, inúmeros trabalhadores depositaram boa parte de suas esperanças de transformação social, virando as costas a legendas e líderes conservadores (Silva; Negro, 2003, p. 61). No dia 7 de maio de 1947, o TSE, em votação apertada, cassou o registro legal do PCB. A partir de então, segundo Gláucio Soares, a definição do PTB, em maior medida, e do Partido Social Progressista (PSP), em menor, como partidos de “orientação populista” passaram a levar muitos membros das classes interessadas na reforma do sistema socioeconômico a votar nestes partidos, deixando o PSD e a UDN para traz (Soares, 1973, p. 75). Outro fator que Soares julga importante ressaltar é que de 1946 em diante, o PTB se empenhou num esforço vigoroso para aumentar sua rede organizacional, o que trouxe resultados excelentes (*id.*, 1984).

complexa interação entre os partidos, suas bases e toda a maquinaria de mobilização social com fins políticos que se encontra intimamente ligada com estes partidos e com a estrutura do poder. Desta forma,

o que se afirma é que devido ao apoio partidário e suas implicações organizacionais e propagandísticas, o candidato é apresentado em termos positivos a um segmento determinado do eleitorado. Por menos popular e por mais inábil que seja, este candidato contará com um núcleo substancial de votantes cativos, cuja preferência partidária, e cuja dependência quase total das informações fornecidas pelos veículos de comunicação de massa ligados ao partido, os impedem de considerar qualquer outra alternativa (*id.*, 1965, p. 52-53).

No caso da Guanabara, os partidos baseados na classe média, principalmente a UDN, contavam com um núcleo deste tipo na zona sul, que assegurava ao seu candidato, por mais impopular que fosse, uns 35% dos votos válidos, enquanto os partidos baseados na classe trabalhadora, tendo o PTB em primeiro plano, contavam na zona norte com no mínimo 25% dos votos válidos. Assim, Soares busca afirmar que os principais partidos brasileiros, por terem uma penetração diferencial nas diferentes classes, têm à sua disposição um eleitorado cativo razoável e um número considerável de eleitores que estão *predispostos* a votar no candidato apoiado por este partido. Sendo assim, o partido só perderia este núcleo no caso de uma mudança radical de orientação ideológica. Na visão do cientista político, embora permaneça em contínua reestruturação, o eleitorado só pode apresentar uma mudança estrutural no longo prazo (*ibid.*, p. 54). Conclui-se, assim, que a notável estabilidade da votação recebida pelos principais partidos brasileiros de 1945 a 1962 é sintomática de sua *estruturação*.

Ao contrário do que normalmente se afirmava, Soares buscou demonstrar que há no Brasil uma invejável estabilidade¹¹ da opinião política, que pode ser detectada com facilidade através das eleições realizadas no país desde 1945. Vistas desta forma, as eleições brasileiras seguiram, desde o início, algumas linhas de conflito através das quais eleitores votaram de acordo com a sua posição em relação a elas. Contrário à tese de Souza,¹² Soares sublinhava que a autonomia relativa de uma superestrutura política não

11 A estabilidade não deveria ser confundida com imutabilidade – ela se opõe a mudanças drásticas e imprevisíveis, mas, enquanto conceito, inclui mudanças graduais e previsíveis, como a tendência histórica ao declínio da direita.

12 Com vistas a analisar o sistema político brasileiro, Maria do Carmo Campello de Souza afirmava que se deveria dar atenção primordialmente às relações entre sistema partidário e Estado, entendido este como o *lôcus* para a tomada e implementação de decisões. Desta forma, definia seu prisma analítico como o mais “adequado à especificidade e à relativa autonomia da esfera política” (Souza, 1976, p.32).

substitui o fato de que “esta superestrutura é, em si, em suas ações e em suas consequências, um fenômeno de classe” (*id.*, 1973, p. 15).

Em *Sociedade e Política no Brasil* (1973), parte-se da premissa de que houve na história política do Brasil importantes defasagens entre a significação econômica e a política de alguns estados. Neste livro, o autor enfatiza os estados como as unidades fundamentais de análise da política brasileira. A tese geral é de que a “estrutura organizacional da política no nível estadual é um fenômeno de classe, no sentido de que, por um lado, os membros atuantes nesta estrutura têm clara vinculação com as classes dominantes e, por outro, de que a sua atuação favoreceu os interesses destas classes” (*ibid.*, p. 14).

O crescimento eleitoral observado a partir de 1945 redefiniu o contexto político de maneira qualitativamente daquele que caracterizou a República Velha. Despontaram classes sociais diferentes, apoiadas em partidos diferentes, lado a lado com a velha política das elites oligárquicas. A fundação de partidos políticos nacionais, inclusive contrários às oligarquias locais, não significou, por si só, o fim da política oligárquica, não eliminou o papel político dos Estados, nem implicou em que a política brasileira se transformasse numa política exemplarmente nacional. A presença crescentemente “ameaçadora” do PTB, entretanto, forçou a aliança entre as oligarquias locais e estaduais através dos partidos políticos nacionais.

Com a Segunda República, passou-se de uma política de cúpula com *concentração* de interesses para uma política de base, com *conjugação* de interesses, na qual vários Estados e interesses assumiram importância e relevância: “passou-se da política e eleições com poucos atores em condições de certeza, à política e eleições com muitos atores em condições de incerteza” (*ibid.*, p. 65). O poder dos estados permaneceu em função de sua possível relevância estratégica para aquilo que era fundamental: vencer as eleições.

A representação eleitoral tem na argumentação de Soares a função de refletir um importante argumento de fundo: *a estruturação partidária*.¹³ Em 1945, o único partido

13 É importante destacar que Soares procura entender o conceito de estrutura sempre como um processo e não como um conceito a-histórico, procurando se afastar da visão de estrutura ligada a outros conceitos como o de “função” (Soares, 1973, p.79). Nesse sentido, a existência de mudança nas estruturas é uma constante – as variáveis dão as suas taxas e a sua significação. Há um primeiro tipo de mudança nas estruturas que se configura num processo secular, lento e de longo prazo e que, com frequência, é resultado do acúmulo de mudanças contínuas e imperceptíveis que adquirem significação estrutural com o tempo. Um segundo tipo de mudança, por sua vez, consiste num processo rápido que pode provocar, a curto prazo, efeitos semelhantes aos provocados no caso dos processos a longo prazo. O primeiro pode ser exemplificado pelo processo estrutural de mudança do PCB no período de 1945 a 1947 e o segundo, neste mesmo período, pelo processo rápido de *estruturação* do PTB.

nacional que havia efetivamente uma ideologia consistente era o PCB, fundado em 1922.¹⁴ Já o PSD¹⁵ e a UDN dispunham das bases socioeconômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipais e estaduais, sendo a sua formação um problema de articulação entre os líderes estaduais – em boa parte, o PSD representava o “situacionismo” da época da ditadura e a UDN a oposição. Para Soares, o êxito ou o fracasso eleitoral destes partidos não dependeu, exclusivamente, das linhas de conflito presentes na sociedade – para o autor, os fatores organizacionais tiveram muito peso.

A insuficiência da rede organizacional é identificada como o maior problema de todos os “partidos reformistas” desde 1945, na visão de Soares, mas não para os conservadores – dado o fato de que, desde os primórdios, o PSD e a UDN tiveram uma forte organização municipal derivada da filiação de uma das famílias dominantes a cada um deles na maioria dos municípios brasileiros, o que favoreceu esses partidos em detrimento dos outros (*id.*, 1984, p. 32). Um dos argumentos centrais da análise de Soares é justamente a força da “trama organizacional” – células, comitês locais, comitês de levantamento de fundos, organizações laterais e diretórios municipais e regionais dos partidos. Isso porque o baixo nível de ideologização implica, na sua visão, um maior papel do aparelho organizacional, que passa a ser um dos poucos fatores determinantes da mobilização e do êxito eleitoral (*id.*, 1973, p. 75). Nesse sentido, nas eleições de 1945, quando se iniciou o movimento de conscientização e mobilização das classes sociais e da ideologização do sistema político com fins eleitorais, foi grande o peso da organização partidária.

Por outro lado, a crescente participação eleitoral das massas, cujos sentidos ambíguos são destacados por Weffort (1978),¹⁶ é identificada por Soares como a raiz do fato de que em 1962, pela primeira vez na história do país, um partido de orientação trabalhista, o PTB, superava um dos dois grandes partidos tradicionais, a UDN. Em 1962,

14 O desempenho do PCB é extraordinário nas eleições federais de dezembro de 1945 e nas eleições estaduais de janeiro de 1947. Além disso, obtém grande votação nas eleições municipais, especialmente nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Santo André e outras cidades (Silva; Negro, 2003, p.223).

15 O PSD foi formado no ocaso do Estado Novo e composto basicamente pelos interventores nomeados por Vargas. Segundo Lucia Hippolito (1985, p.41), este partido permitiu à elite política que se consolidou nos estados durante a ditadura estadonovista a possibilidade de sobreviver num regime democrático.

16 Para Weffort, do ponto de vista político, houve de fato “o reconhecimento da cidadania das massas” e o “reconhecimento de sua igualdade fundamental dentro do sistema institucional”, mas nos moldes da “típica assimetria de todo paternalismo” que caracterizou a relação populista entre líderes e massas (Weffort, 1978, p. 73). A presença popular, em sua visão, é o fato político novo da etapa democrática que se inicia em 1945. As massas urbanas apareceram no cenário político, mas com “liberdade relativa”, sendo sua presença possível apenas “dentro dos limites de uma estrutura de poder cuja composição de forças permanece, nos seus aspectos fundamentais, a mesma do período anterior” (*ibid.*, p. 76).

o PTB elegeu 116 deputados federais, contra 91 da UDN, apenas dois a menos que os 118 do PSD. Os partidos de orientação trabalhista superaram a marca dos 40% sobre o total de deputados federais. Embora o crescimento eleitoral dos partidos de orientação trabalhista estivesse condicionado ao aumento da proporção de eleitores trabalhadores sobre o total de eleitores e esta proporção estivesse impedida de crescer ainda mais rapidamente devido ao requisito da alfabetização, é evidente, para Soares

que a situação política anterior a abril de 1964, ainda que sub-representando política e eleitoralmente as classes trabalhadoras, não convinha às classes dominantes – inclusive às classes médias – dadas a presença na Presidência da República de um trabalhista e a perspectiva de um domínio trabalhista na política brasileira, *através de eleições*, numa inversão histórica do que sempre havia acontecido (*ibid.*, p. 62).

Retomando estes argumentos, em *A Democracia Interrompida*, de 2001, Soares (2001, p.82) destaca que estes resultados foram frutos de profundas alterações na estrutura social, com a urbanização, a industrialização e o conseqüente crescimento numérico das classes sociais que forneciam o substrato eleitoral dos partidos de esquerda. As clivagens de classe e rural-urbana são consideradas fundamentais porque provocaram fortes diferenças na percentagem, sobre o total de votos, da votação de um determinado partido, entre pessoas com situação e identificação de classe diferentes e de residência rural ou urbana: “os partidos conservadores recebiam, quase sempre, votação substancialmente maior nas camadas mais favorecidas e nas zonas rurais, assim como nas vilas, povoados e cidades pequenas” (*id.*, 1984, p. 9).

Na perspectiva de Soares, a contínua urbanização da sociedade brasileira contribuiu para solapar a base social de diversos partidos conservadores, em relação ao total, e tanto o PSD, quanto a UDN, perderam considerável substância eleitoral.¹⁷ Para o

17 Jairo Nicolau em “Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados” revisita proposições clássicas a respeito a Segunda República a partir de uma nova organização da estatística eleitoral. A respeito da tese de Soares, que os partidos conservadores estavam declinando e o PTB crescendo, Nicolau mostra que de fato o PTB teve um crescimento expressivo e constante ao longo do período (passou de 10,2% no percentual de votos em 1945 para 24,8% em 1962). O avanço mais significativo ocorreu em 1950, quando o partido cresceu 8,3 pontos percentuais – parte deste crescimento provavelmente se deveu ao fato de o PCB não participar da disputa, e outra parte aos reflexos da candidatura vitoriosa de Vargas à presidência. O partido conquistou outro avanço importante nas eleições de 1962, quando recebeu 4,3 pontos percentuais a mais de votos do que no pleito anterior. O PSD seguiu caminho contrário, perdendo 12,3 pontos percentuais quando se compararam a primeira e a última eleição do período. O declínio mais acentuado ocorreu em 1950, ocasião em que o partido perdeu 9,6 percentuais. Nas duas eleições seguintes (1954 e 1958), a votação no PSD praticamente não se alterou, mas voltou a declinar em 1962 (3,5 pontos percentuais). Estes dados mostram que a análise sobre o PSD feita por Soares, baseada apenas na evolução do número de cadeiras do partido na Câmara dos Deputados, acabou superestimando a intensidade do declínio do mesmo. Particularmente em relação às cadeiras recebidas pelo PSD, é válido destacar os efeitos pela fórmula eleitoral

autor, dadas essas e outras mudanças na sociedade e na política brasileiras, o sistema partidário criado em 1945 não se adequava mais aos interesses conservadores. Um golpe foi, então, dado em 1964, e um novo sistema partidário foi imposto em 1965 (*id.*, 1984, p. 25). Quando os novos partidos foram criados, quase todos os diretórios municipais que antes pertenciam à UDN passaram para a Arena. O MDB, ao contrário, herdou a maioria das redes do PTB e do PSB, o que foi insuficiente e o deixou numa situação de grande atraso na corrida organizacional municipal contra a Arena (*ibid.*, p. 34).

Em 1970 houve eleições em onze estados brasileiros. A Arena competiu em 1696 municípios nesses Estados, enquanto o MDB em apenas 816. Assim, mais de quatro anos depois da criação do novo sistema partidário, o MDB ainda estava com uma nítida desvantagem em relação à Arena no que tange à rede organizacional municipal. No entanto, Soares demonstrou que o MDB cresceu mais rapidamente nas áreas metropolitanas, ao longo da década de 1970, particularmente nos estados industriais urbanizados, mas também obteve ganhos substanciais nos municípios menores e mais rurais. Mesmo com uma situação desigual frente a Arena, a tendência era clara – as melhorias organizacionais do MDB impediam que o partido do governo compensasse as vitórias eleitorais do MDB nos grandes centros urbanos com uma esmagadora vitória na quase totalidade dos municípios rurais. A situação significava uma contínua e crescente ameaça à hegemonia da Arena – era tempo, portanto, de mudar o sistema partidário (*ibid.*, p. 37).

No entanto, os resultados eleitorais demonstravam que uma série de relações estruturais “resistiram às mais variadas tentativas feitas por uma mesma elite (esta sim alienada) de alterar a expressão eleitoral da opinião política por meio da constante mudança das instituições políticas e partidárias” (*ibid.*, p. 45). A política eleitoral continuaria, na visão de Soares, a orbitar em torno das principais linhas de conflito que envolvem a sociedade brasileira, que a seu ver, seguiam principalmente clivagens de classe, rural-urbana e local e interfamiliar:

nas eleições de 1945. Nestas eleições, as cadeiras não ocupadas após a primeira distribuição (mecanismo de sobras) foram alocadas para o partido com mais votos no estado. Como o PSD foi o mais votado em 15 das 22 unidades da Federação, ele acabou sendo fortemente sobre-representado, com 42% dos votos, recebeu 53% das cadeiras. A fórmula foi alterada em 1950, o que ajuda a explicar por que o declínio do partido em percentual de cadeiras foi muito mais acentuado (16 pontos percentuais) do que em votos (9,6 percentuais). Já a UDN perdeu 4,2 pontos percentuais quando se compara a primeira com a última eleição. Mas é interessante observar que o partido obteve um pequeno crescimento nas eleições de 1962 em relação às duas anteriores (Nicolau, 2004, p. 91-93).

Em mais de uma ocasião, “novos partidos” foram formados com o propósito ostensivo de romper com essas linhas, às vezes assegurando estar “acima delas”, outras vezes afirmando seguir clivagens diferentes. Ainda assim, eleição após eleição, as mesmas determinações dirigiram o comportamento eleitoral no Brasil (*ibid.*, p. 13).

Às clivagens já salientadas para pensar o comportamento eleitoral brasileiro, entretanto, somaram-se outras na argumentação de Soares a partir do final da década de 1980. De acordo com o cientista político, “as clivagens fundamentais da política brasileira estão continuamente mudando” e “teorias que pretendam imobilizar no tempo essas clivagens estão fadadas ao fracasso” (*id.*, 2001, p. 182). Na próxima seção, nos debruçaremos sobre as análises de Soares do período de redemocratização e dos Governos Lula, buscando identificar quais foram estas novas clivagens e quais aspectos continuaram presentes no trabalho do cientista político.

Contra o mito da irracionalidade política

Para Gláucio Soares, a criação de novos partidos, a partir de 1979, tornou a relação entre classe e preferência partidária, que era simples, uma relação complexa. Foram criados três novos partidos (PT, PDT e PTB)¹⁸ que disputaram entre si um eleitorado trabalhista antes vinculado ao MDB. Com isso, a base de classe do PMDB foi substancialmente descaracterizada, já que o partido perdeu votos embaixo, para os partidos pequenos, e ganhou votos do meio e de cima, da antiga Arena (*id.*, 1984, p. 39). Em coautoria com Nelson Silva, Gláucio Soares analisa este novo contexto partidário nas eleições de 1982 para governador do estado da Guanabara, as primeiras consideradas “verdadeiramente livres” em vinte anos. Em concordância com os diagnósticos das eleições realizadas na “Segunda República”, Soares e Silva buscam se opor à explicação dada à vitória de Brizola, do PDT, como sendo resultado de seu “carisma”, assumido como “fenômeno político não ideológico próprio de sociedades ‘politicamente imaturas’”. Segundo os autores,

o conceito de carisma como um atributo da personalidade (que poucos possuem) fracassa ao responder porque alguns indivíduos respondem positivamente ao

18 Segundo Soares, o PT em São Paulo se caracterizou como partido de classe operária, confirmando no nível do eleitorado a situação híbrida que caracterizou a sua história como organização: uma aliança difícil e conflitiva entre operários industriais e jovens universitários radicais. O PDT, por sua vez, possuía uma relação mais fraca com a situação de classe, recolhendo votos nos setores mais pobres. O PTB também tinha uma relação mais forte com as camadas pobres, mas o partido carecia, para Soares, de consistência entre a ideologia e a prática política, assim como de expressão eleitoral (Soares, 1984, p.39).

carisma, enquanto outros não. No entanto, ver o carisma político como uma relação entre traços individuais e traços estruturais oferece novos *insights*, uma vez que não é mais um traço individual imprevisível, sujeito aos caprichos da personalidade, mas uma relação que pode ser prevista de acordo com os atributos estruturais da população votante (Soares; Silva, 1987, p. 157, tradução minha).

O sistema multipartidário existente em 1982 estava estabelecido de tal forma há apenas dois anos. Os maiores partidos (PMDB e PDS) foram herdados, em grande medida, do bipartidarismo precedente. Sustentavam-se, portanto, em redes organizacionais muito maiores do que as dos outros três partidos. Conseqüentemente, os pequenos partidos, incluindo o PDT de Brizola, se encontravam claramente em desvantagem, particularmente fora da área metropolitana do Rio de Janeiro.

A despeito da desvantagem de contar com uma base partidária fraca, Brizola venceu as eleições. Com uma diferença de apenas 3% de votos sobre Moreira Franco, a vitória não estava diretamente relacionada à clivagem de classe, como os autores imaginaram inicialmente, mas à de raça. A hipótese de que o *status* socioeconômico configurava a maior influência no voto em Brizola foi negada pelos resultados de um *survey* realizado antes das eleições, na cidade do Rio de Janeiro, que mostrou que o apoio à Brizola nas várias classes sociais era indiferenciado. De modo mais complexo, entretanto, se encontravam as relações entre raça, classe e política.

Segundo Soares e Silva (*ibid.*, p. 169-172), existiu uma forte relação entre pardos ou morenos na área metropolitana do Rio de Janeiro e o voto em Brizola. Quanto maior a proporção de não-brancos em determinada região, maior era a percentagem de votos em Brizola. No entanto, os resultados sugeriram que os pardos apoiaram mais o candidato do que os negros. A primeira explicação elaborada pelos autores para explicar este fato era a de que por ser o PDT um partido essencialmente de elite e predominantemente branco, ele poderia aproximar-se do pardo, mas não do negro, visto que a distância social e étnica de Brizola e a elite do PDT, por um lado, e os negros, por outro, era maior do que estes poderiam aceitar. Uma segunda explicação sugere que devido Brizola e o PDT encabeçarem uma campanha com o *slogan socialismo moreno*¹⁹ e não

19 No auge da campanha pelo governo do estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Brizola e trabalhista histórico ligado a João Goulart, lançou a máxima do socialismo moreno, entendido como o caminho brasileiro para a fundação de uma ordem política socialista no Brasil. A máxima alcançou enorme sucesso, tornando-se uma das marcas registradas da campanha vitoriosa. Para mais informações sobre o assunto, conferir "As várias cores do socialismo moreno" (Sento-Sé, 2004).

socialismo preto, os morenos se identificaram com o partido e os negros se sentiram excluídos. O terceiro argumento afirma que os negros viviam fora da área metropolitana do Rio de Janeiro, onde a organização do partido era mais fraca. A quarta explicação está diretamente ligada à condição socioeconômica do negro. Diferente do pardo, os níveis educacionais entre os negros eram muito baixos e poucos se registravam para votar – ou seja, a imobilidade econômica do negro teria resultado em uma “política apática”. De toda forma, a influência da raça nas eleições e na política tornou-se importante, dada a associação positiva do voto à Brizola entre os pardos das áreas metropolitanas, o que, na opinião dos autores, tenderia a aumentar.

Além desta primeira conclusão, Soares e Silva (*ibid.*, p. 172) apontam que a área metropolitana do Rio de Janeiro se mostrou um sistema político diferente do restante do estado, devido às suas muitas diferenças – históricas, institucionais e organizacionais – o que, muito embora sejam difíceis de mensurar, resultaram em consequências eleitorais significativas. A urbanização, de modo colinear à metropolização, exerceu um efeito independente substancial no voto, o que confirmou muitas pesquisas realizadas previamente. A classe social, por sua vez, falhou em ajudar na explicação do voto em Brizola. Segundo os autores, este voto pode ter sido peculiar a um período específico da história brasileira, quando a redemocratização ganhou primazia sobre o *status* socioeconômico. Em *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*, Soares já havia afirmado que “a conjuntura política que se iniciou com a campanha eleitoral de 1982 e com a campanha pelas diretas tamponou, em boa parte, o impacto dessas clivagens [de classe] sobre o voto e sobre as preferências partidárias, concedendo excepcional importância a fatores especificamente políticos” (Soares, 1984, p. 9). Esperava-se, entretanto, que as classes sociais e as questões socioeconômicas retomariam seu papel determinante nas eleições de 1986.

Esta hipótese, por sua vez, jamais foi examinada por Soares, que deixou de se dedicar aos estudos sobre o comportamento eleitoral por um longo período. O cientista político retoma o assunto no artigo “Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal” publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* em 2000. Aqui, a preocupação do autor volta-se para a correlação entre preferências partidárias e voto e avaliações dos serviços públicos. É notável a mudança de uma narrativa antes vinculada às clivagens sociais, para uma atenção voltada às políticas públicas.

Entendemos, no entanto, que há um posicionamento de fundo que não se altera: a oposição ao mito da irracionalidade política.

Durante a ditadura, como aponta Soares, uma série de *surveys* foram realizados e revelaram uma realidade preocupante: “as avaliações das questões políticas *nacionais* mais prementes que caracterizaram aquele regime tinham correlações baixas umas com as outras e baixas ou modestas tanto com as preferências partidárias quanto com as intenções de voto” (*id.*, 2000, p. 5). Esses resultados geraram várias indagações e uma preocupação primordial: como o voto não estava ligado ao desempenho governamental, passava a ser desnecessário governar bem. Em concordância com o restante de sua obra sobre comportamento eleitoral, mais uma vez Soares rejeitou a explicação de que o eleitor brasileiro seria “irracional” e que escolhia seus candidatos somente a partir de critérios emocionais, irracionais, “sendo presa fácil de qualquer demagogo de esquina”. De acordo com esta visão, que permanece viva até hoje, “o eleitor seria pré-ideológico e a cultura política brasileira seria pré-cívica”.

Para desfazer esse mito, o autor analisou as intenções de voto dos principais pré-candidatos ao governo do distrito federal para as eleições de 1998, Joaquim Roriz, ex-governador, e Cristovam Buarque, o governador, para fazer uma avaliação comparativa das políticas públicas entre os dois conjuntos observáveis. Os dados relativos ao Distrito Federal mostraram que os eleitores conseguiam diferenciar entre uma política pública e outra e seus respectivos candidatos e também que diferenciavam entre programas e atributos dos governadores, atuais e passados. Contrariamente à ideologia elitista e vanguardista que afirmava, “contra um mar de dados e evidências”, segundo Soares, “que os eleitores brasileiros não sabem votar e engolem tudo que lhes é dito, os dados mostraram que *os mesmos eleitores* conferem aos dois candidatos altas percentagens em alguns itens e *baixas em outros*” (*ibid.*, p.11). Diferenciavam, portanto, entre uma política pública e outra, e não avaliavam “em bloco” em favor de um candidato.²⁰

Ao contrário dos *surveys* realizados no período de ditadura, Soares (*ibid.*, p. 15-16) conclui que no Distrito Federal a intenção de voto para um ex-governante se dá em

²⁰ Entre os brasilienses, de um lado, 66% achavam que Cristovam era o governador que mais fez pela paz no trânsito, mas somente 11% consideravam que ele era o que mais fez pelos funcionários públicos; do outro lado, 53% afirmavam que Roriz era quem mais fez pela habitação, em contraste com 9% que achavam que ele era o que mais fez pelo trânsito. Houve áreas, como habitação, educação e trânsito, nas quais a grande maioria dos eleitores se definiu por um ou outro candidato, mas em outras, como emprego e renda, funcionários públicos e segurança pública, a população não pareceu estar satisfeita com nenhum dos dois governadores, abrindo espaço para outros candidatos.

função da avaliação de um conjunto de políticas públicas. Outra conclusão, contrária a uma visão estereotipada a respeito dos eleitores menos instruídos, é a de que as avaliações do desempenho dos governadores em políticas públicas individualizadas apresentam altas correlações com a intenção de voto em *todos os níveis educacionais* – não há maior intimidade entre avaliações e intenção de voto nos níveis educacionais mais altos.

No Distrito Federal o voto também se deu em função da posição social. A respeito desta correlação, Gláucio Soares considera inusitado que os “que estão no fundo da pirâmide social de estratificação, apoiaram o pré-candidato da direita, ao passo que os mais instruídos, cuja situação de classe é média ou alta, apoiaram o candidato da esquerda” (*ibid.*, p. 12). Identifica-se aqui uma alteração importante em relação às pesquisas realizadas por Soares no início de sua carreira, quando havia demonstrado uma forte correlação entre intenção de voto da classe média baixa e da classe operária com os partidos reformistas ou de esquerda. Como já salientamos, o cientista político já havia atentado ao fato de que as relações estruturais estão em constante mudança, se tornando perceptíveis no longo prazo. No entanto, ao considerar apenas como “inusitada” a inversão de sua tese, se escusa de dar maiores explicações.²¹

Cerca de uma década depois, Soares publica dois artigos que pretendem suscitar hipóteses a respeito dos Governos Lula. Nestes estudos, as clivagens sociais permanecem como questões subjacentes, quando muito identificadas, mas não desenvolvidas. Permanece, por sua vez, sua preocupação estrutural em mitigar visões “vulgares” e “preconceituosas” acerca do comportamento eleitoral brasileiro a partir da análise de dados empíricos. Na análise do cientista político, persiste também a atenção voltada às políticas públicas.

Em “Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição” Soares em coautoria com Sonia Terron apresentam a hipótese de que as políticas públicas implementadas por Lula durante o primeiro mandato foram relevantes para as eleições de 2006. Os autores buscam identificar as diferenças nas votações municipais em 2002 e 2006 e, através da análise do contexto geográfico, elaborar uma explicação de como isto aconteceu. Para isso, se valem de mapas, tipologias de municípios, análises estatísticas espaciais e análises de regressão com modelos espacialmente controlados.

21 Sobre o assunto, conferir “As bases da nova direita” (Pierucci, 1989).

Parte-se da premissa que há um consenso na literatura a respeito da alteração de base eleitoral do candidato do PT nas eleições de 2006 – houve uma mudança geográfica em direção ao norte e nordeste do percentual de votos válidos em Lula, quando comparado às eleições de 2002. Em outubro de 2006, em artigo publicado n’*O Globo* intitulado “A nova geografia do voto”, Soares já sublinhava que o mapa da votação presidencial por estado de 2002 não batia com o de 2006. Lula, desta vez, tinha sido mais forte nos estados mais pobres. Para o cientista político, desta forma, o candidato petista venceu onde os partidos tradicionais de antigamente dominavam – “comparando a votação de Lula, nestas eleições, com a da Arena e do PDS durante o regime militar, vemos que há muita coincidência” (*id.*, 2006). A constatação vinha acompanhada de uma crítica – para Soares (2006), “a nova geografia do voto, finalmente, se encaixa na velha teoria: o candidato populista recebeu mais votos e cresceu mais nos estados mais pobres”.²²

Segundo os autores (2008, p.287), a variável Bolsa Família sobre a renda foi bem mais significativa nas categorias de municípios mais pobres, inclusive nos grandes centros urbanos do norte e do nordeste, ou seja, o fator regional precedeu a variável “tamanho da população”. Correlacionando o Bolsa Família com a média de indicadores municipais para o ano 2000, como esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo e percentual de pobres, foi possível comprovar que a participação do programa de transferência de renda no rendimento domiciliar é inversamente proporcional ao desenvolvimento social dos municípios.

Esses dados confirmavam, segundo Soares e Terron (2008, p. 290-296), que a participação do Bolsa Família na economia local foi o fator decisivo para o surgimento de uma *nova clivagem regional*. A votação de Lula tendia a aumentar com o aumento da Bolsa Família/renda no município, e a diminuir com o rendimento domiciliar médio. Ao mesmo tempo, as medidas de votos em Lula baixaram com o tamanho dos centros urbanos, independente da prosperidade dos espaços rurais – ou seja, aparentemente, Lula manteve sua tradição de ser mais votado pelo eleitorado urbano, principalmente o das grandes metrópoles.

22 Nas análises da eleição de 1982 no estado da Guanabara, Soares e Silva (1987) destacaram que o voto em Brizola, considerado um líder populista, precisaria ser interpretado como um ato de hostilidade em relação ao regime, ou seja, não como uma hostilidade de classe. Os autores assumiam o populismo como um termo que designava paternalismo e relações interpessoais, o que obscurecia o conflito de classes. Embora afirme, em 2006, que no caso de Lula, entendido como um populista, isso configure a comprovação da “velha teoria”, no caso da eleição de Brizola analisada duas décadas antes, não houve determinação socioeconômica, mas uma associação positiva a fatores raciais e de metropolização e urbanização.

Assim, os autores propuseram um novo padrão na distribuição eleitoral dos votos a partir de uma *nova coesão regional*. Os resultados revelaram que Lula ainda recebia apoio de suas bases anteriores, mas que sua hegemonia nos territórios tradicionais, os centros metropolitanos mais populosos, foi abalada. Todavia, uma nova coesão regional ao redor dos municípios menos populosos e mais pobres foi criada, por meio do Bolsa Família, o fator com maior peso na explicação do voto municipal. Por isso, Soares e Terron apostavam que haveria persistência e expansão dessa nova configuração.

Dois anos depois deste artigo, Soares e Terron (2010) voltaram a desenvolver pesquisas espaciais, mas agora para analisar as bases eleitorais de Lula e do PT nas eleições que compreendem o período de 1994 a 2006. Os autores demonstraram um deslocamento dos territórios eleitorais do candidato e do partido a cada eleição, evidenciando assim um divórcio, especialmente na eleição de 2006, entre as bases eleitorais de Lula e as do PT.

Retomando o argumento do artigo anterior, os autores (2010, p. 334) voltaram a enfatizar que em 2006 ocorreu uma mudança abrupta da base eleitoral do presidente Lula para o norte e nordeste, sendo o Bolsa Família o principal responsável por esta guinada. Em decorrência disso, criou-se um vínculo entre o eleitor e o presidente sem a intermediação de outros atores políticos, o que permitiu uma aproximação maior com prefeitos, independente de partido. Ao correlacionar a variável Bolsa Família/Renda com as votações para candidatos a deputado federal do PT, os dados revelaram que não existia associação entre o programa de transferência de renda e o voto no PT. Ficou patente, assim, o distanciamento do partido com Lula.

Nas eleições de 2006, o PT não conseguiu melhorar seu desempenho na câmara, de 91 cadeiras conquistadas em 2002, caiu para 83 cadeiras em 2006. O desempenho de Lula, por sua vez, sempre cresceu ao longo do período estudado, ao passo que o desempenho do PT caiu significativamente em 2006. As análises geo-espaciais desenvolvidas por Soares e Terron (*ibid.*, p. 333) mostraram que no período de 1994 a 2002, o PT cresceu sem perder força em territórios tradicionalmente petistas, ao passo que Lula começou a ganhar mais votos em municípios onde os candidatos a deputados não conseguiram o mesmo desempenho. Os beneficiários do Bolsa Família conseguiram discernir, portanto, sobre os benefícios de determinadas políticas públicas, associando o programa não ao PT, mas a Lula. A consequência foi o crescimento das votações no

candidato, o que não se comprovou no caso do partido. Nesse sentido, Soares e Terron concluem que o Bolsa Família forjou uma nova clivagem eleitoral, a regional.

Considerações finais

Entendemos que o trabalho de Gláucio Soares traz importantes contribuições à ciência política no que se refere à uma leitura estrutural do comportamento eleitoral brasileiro, demonstrando que por trás dos partidos e personalidades políticas, há, de fato, bases sociais que os sustentam a partir de conteúdos ideológicos – o que fez da política brasileira altamente previsível, na medida em que desde 1945 apresenta uma opinião política relativamente estável, a despeito das alterações institucionais impostas de “cima”. Até a década de 1980, é possível visualizar uma constância também na interpretação de Soares, que dá ênfase, principalmente, às clivagens de classe e urbanização. Já em fins da década de 1980, Soares passa a se preocupar também com fatores raciais e com o fenômeno da metropolização, entendendo que neste período, as clivagens de classe foram subsumidas pelo contexto de redemocratização. O cientista político previa que estas clivagens voltariam a ser determinantes assim que o processo de democratização fosse completado. No entanto, o autor não volta a tratar do comportamento eleitoral brasileiro com esta visão, mas volta-se à questão das políticas públicas. Em seus estudos mais recentes, a clivagem que ganha predominância é a regional. Embora tenha abandonado, em grande medida, uma interpretação baseada nas clivagens sociais, entendemos que a preocupação estrutural de fundo não se altera – reivindica-se em toda a obra de Soares uma posição contrária ao mito da irracionalidade política.

Referências bibliográficas

- BENEVIDES, M. V. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. São Paulo: Alfa Ômega, 1981.
- FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. Editora Sumaré, 1991.
- GOMES, A. de C.; D’Araujo, M. C. Entrevista com Gláucio Soares. *Estudos Históricos*, v. 21, n. 42, 2008.

- HIPPOLITO, L. *De Raposas a Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro, 1985.
- LAMOUNIER, B. A ciência política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico. In: LAMOUNIER, B. (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: Editora UNB, 1982.
- NICOLAU, J. Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004.
- PIERUCCI, A. F. "As bases da nova direita". *Novos Estudos*, n. 19, 1989.
- SILVA, F. T.; NEGRO, A. L. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. *O Brasil republicano: tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.
- SOARES, G. Las Clases Sociales, los Estratos Sociales y las Elecciones Presidenciales de 1960 en Brasil. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 24, n. 3, 1962.
- _____. As bases ideológicas do lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*, 4, 1965.
- _____. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- _____. *A questão agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- _____. *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- _____; Silva, N. Urbanization, Race and Class in Brazilian Politics. *Latin American Research Review*, v. 22, n. 2, 1987.
- _____. Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, 2000.
- _____. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. A nova geografia do voto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2006.
- _____; MIRANDA, D.; Borges, D. *As Vítimas Ocultas da Violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira e CESeC, 2006.
- _____. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, 2008a.
- _____. *Não Matarás*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008b.
- _____; TERRON, S. L. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, 2010.

_____. O caso católico. *Revista Cult*, ano 15, edição 173, 2013.

SENTO-Sé, J. T. *As várias cores do socialismo moreno*. Anos 90, v.11, n. 19/20, 2004.

SOUZA, M. C. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

WEFFORT, F. As raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, n. 2, 1965.

_____. *O populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Recebido: 4/06/2016

Aceito: 3/11/2016